DIREITO À EDUCAÇÃO: DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA

OLIVEIRA, Daniel Henrique Rosendo¹

SILVA, Guilherme Barbosa da²

RESUMO

O Brasil tem muito a avançar no direito educacional, principalmente a respeito da diversidade populacional, mas o fundamento deste processo que possa refletir de uma maneira mais densa e colaborativa para uma construção de uma sociedade melhor é a garantia do próprio Estado no respeito a educação como um direito de todo cidadão. O direito educacional obteve um avanço por demandas históricas e por reivindicações políticas que buscaram mecanismo desta educação diferenciada para que atingisse níveis adequados para a realidade do país. O Estado tem como dever garantir ensino gratuito, ensino de qualidade, alimentação, transporte e material didático. Na educação básica, a matrícula é obrigatória para todas as crianças e adolescentes dos quatro aos dezessete anos. De modo que esta obrigação é de iniciativa do responsável do educando. A lei 9394/96 LDB trata de princípios da educação brasileira, que garante o direito da educação e da aprendizagem ao longo da vida a todo cidadão. O Direito a Educação é constitucional visando o dever da cidadania e qualificação para o trabalho. A legislação também prevê atendimento educacional gratuito a pessoas com deficiência, transtorno de desenvolvimento e altas habilidades. A lei assegura ferramentas necessárias tanto para professor, quanto aluno para seu desenvolvimento pleno dentro da sociedade. A educação é a porta de entrada para um futuro promissor da vida do cidadão. Do ordenamento jurídico brasileiro se extrai as diretrizes fundamentais de pleno desenvolvimento humano. É de comum acordo que a educação, efetivamente é a ferramenta principal de transformação do cidadão. A educação é um direito fundamental de todos.

Palavras-chave: Direito. Educação. Estado.

¹Acadêmico(a) do 3º Período do Curso de Direito da Faculdade de Santo Antônio da Platina/FASA.

²Orientador: Mestre em Ciência Jurídica – Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP.

Professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Santo Antônio da Platina/FASA. Oficial de Justiça.